

La Otra Educación: educação e autonomia no território zapatista em Chiapas, México.

Aiano Bemfica Mineiro
Graduando em Antropologia
FAFICH/ UFMG, Brasil
Email: aiano.bemfica@gmail.com

Resumo: Desde a *Primeira Declaração da Selva Lacandona* até o presente, foram construídos dentro do território zapatista mecanismos e estratégias sociais que buscam a autonomia e a autodeterminação dos diferentes povos que compõem a base social do EZLN, exemplo desse processo é a construção de um sistema próprio de educação. Centrado na análise das Declarações da Selva Lacandona e travando diálogos com teóricos ligados à corrente de Pensamento Decolonial, propõe estabelecer uma reflexão que articule a proposta de educação desenvolvida em Chiapas e a autonomia. Afinal, um modelo próprio de educação cobra fundamental importância e se apresenta como uma forma complexa de resistência social e cultural, uma vez que provoca rupturas e ressignificações no campo simbólico, problematizando a fundo a perspectiva colonial historicamente dominante.

Palavras-chave: Autonomia; Educação; EZLN; Decolonial.

Resumen: Desde la Primera Declaración de la Selva Lacandona hasta la actualidad, fueron construidos en el territorio zapatista mecanismos y estrategias sociales que buscan la autonomía y la libre determinación de los diferentes pueblos que constituyen la base social del EZLN, ejemplo de ello es la construcción de un sistema autonomo de educación. Centrado en el análisis de las Declaraciones de la Selva Lacandona y etablcendo diálogos con autores vinculados al pensamiento decolonial, el presente trabajo propone establecer una reflexión que articula la propuesta educativa desarrollada en Chiapas y la autonomía. Después de todo, desarrollar un modelo propio de educación tiene fundametal importancia y se presenta como una forma compleja de la resistencia social y cultural, que provoca rupturas y nuevos significados en el campo simbólico, custionando a fondo la perspectiva colonial históricamente dominante.

Apresentação.

Catherine Walsh em seu artigo *Introducción.(Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad.Pensamiento crítico y matriz (de) colonial* (2005), sugere que “falar de decolonialidade é visibilizar as lutas contra a colonialidade pensando não somente desde os seus paradigmas, mas também desde as pessoas e suas práticas sociais, epistêmicas e políticas” (WALSH, 2005, p.24). Muito movido por essa proposta, esse trabalho parte da análise das Declarações da Selva Lacandona, documentos programáticos do Exército Zapatista de Libertação Nacional, para pensar como a experiência de construção de uma educação autônoma em Chiapas, desenvolvida no bojo do complexo processo de Resistência zapatista, pode contribuir para uma reflexão mais ampla sobre nossa condição colonial. Colonialidade essa da qual nosso modelo de Estado-Nação moderno é, de modo amplo, ferramenta.

As Declarações da Selva Lacandona guardam dimensões muito ricas à medida que são testemunhos de um grupo que se apresentou ao mundo em 1994 com pretensões de depor um presidente e “liberar o México” através de uma guerra de colunas e, menos de cinco anos depois, estavam efetivamente estabelecidos em um território e tinham assumido a vanguarda do debate sobre a auto-determinação dos povos indígenas. Esse trabalho pretende, sem qualquer intensão de substituir a informação etnográfica, fazer um primeiro acercamento da socio-cosmopolítica dxs zapatistas de Chiapas a partir da forma como elxs falam de si mesmos e de sua história.

Para tanto, propus uma divisão temática que segue a seguinte lógica: *O levante zapatista em Chiapas e a proposta decolonial: alguns pontos de partida teóricos*, onde farei uma breve contextualização do levante zapatista em Chipas e introduzirei alguns dos pontos de partida teóricos para esse trabalho; *Autonomia e identidade: um território*, momento em que são feitas algumas considerações sobre a relação entre autonomia e identidade; *La Otra Educación: a escola nesse contexto*, etapa onde a educação cobra maior importância; e, finalmente, *(in) Conclusões ou reflexões para possíveis caminhos*, quando compartilho algumas reflexões suscitadas ao longo da pesquisa e aponto possíveis percursos futuros.

O levante zapatista e a proposta decolonial: alguns pontos de partida teóricos

Uma fileira de indígenas: sobre seus corpos fardas militares, seus rostos largos cobertos por máscaras e bandanas, nos ombros as cores vermelha e preta; mulheres, homens e jovens, todos com fuzil na mão, se movimentam em tática de guerra: colunas, guarnições e bandeiras. Existe um extenso imaginário construído em torno do Ejército Zapatista de Libertación Nacional, doravante EZLN, e sobre o levante que ficou conhecido como “*La larga noche de los 500 años*”. Iniciado em primeiro de janeiro de 1994, mesma data em que entrou em vigência o tratado de livre comércio entre EEUU e México, o levante feito pelos grupos indígenas Tzeltal, Tojolobal, Tzotzil, Chol e Lacandones, organizados junto ao EZLN, tomou com armas as cidades de San Cristóbal de las Casas, Ocosingo, Las Margaritas e Altamirano, passou a controlar parte significativa do estado de Chiapas e marchou em fileiras rumo à capital federal. Fundado em 1983, mas atuando até o levante na clandestinidade, foi através da *I Declaração da Selva Lacandona* (1994) que o EZLN se apresentou para o México e para o mundo

Somos producto de 500 años de luchas: primero contra la esclavitud, en la guerra de Independencia contra España encabezada por los insurgentes, después por evitar ser absorbidos por el expansionismo norteamericano, luego por promulgar nuestra Constitución y expulsar al Imperio Francés de nuestro suelo, después la dictadura porfirista nos negó la aplicación justa de leyes de Reforma y el pueblo se rebeló formando sus propios líderes, surgieron Villa y Zapata, hombres pobres como nosotros a los que se nos ha negado la preparación más elemental para así poder



utilizarnos como carne de cañón y saquear las riquezas de nuestra patria sin importarles que estemos muriendo de hambre y enfermedades curables, sin inportales que no tengamos nada, absolutamente nada, ni un techo digno, ni tierra, ni trabajo, ni salud, ni alimentación, ni educación, sin tener derecho a elegir libre y democráticamente a nuestras autoridades, sin independencia de los extranjeros, sin paz ni justicia para nosotros y nuestros hijos (I DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 1994).

Através desse documento, assinado pela *Comandancia General del EZLN*, a organização se reivindicou enquanto força beligerante legítima e expediu ordens táticas de guerra às colunas do exército; além disso, apresentou suas demandas sociais fundamentais (trabalho, terra, teto, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz) e deixou clara a intenção de depor o presidente Carlos Salinas de Gortari (1988-1994). Para tanto, colocaram seus objetivos em relação direta ao Estado nacional ao evocar o trecho da Constituição Federal Mexicana que determinava que

la soberanía nacional reside esencial y originariamente en el pueblo. Todo el poder público dimana del pueblo y se instituye para beneficio de éste. El pueblo tiene, en todo tiempo, el inalienable derecho de alterar o modificar la forma de su gobierno(I DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 1994).

Os primeiros dias após o alçamento foram de intensos conflitos e desencadearam uma guerra de doze dias que promoveu mortes tanto nas fileiras do EZLN como nas forças nacionais e locais. Entretanto, após intensa mobilização da sociedade em todo o México, firmou-se um cessar fogo e o conflito beligerante aberto deu lugar à um outro tipo de disputa também marcada pela violência à qual os zapatistas se referem como *Guerra Blanda*. Terminada a guerra, muitas das zonas tomadas pelo EZLN permaneceram baixo seu controle, estabelecendo-se efetivamente um território zapatista em Chiapas. Mediante a frustração da expansão do controle militar e territorial e a decisão de cessar fogo, entra-se em um novo momento onde o caráter insurgente da ação se converte em Resistência, “o fogo em palavra e os gritos em silêncio” (IV DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 1996). Talvez essa seja uma das viradas mais complexas desse processo, já que a medida em que se estabelece uma prática de Resistência sobre um território extenso, constroem-se também novas práticas sociais e políticas, estabelecendo-se um tipo de organização social paralela dentro do próprio Estado; mudança que irá impactar diretamente no discurso presente nas Declarações seguintes, modificando o centro do debate das grandes pautas nacionais e introduzindo categorias como identidade, tradição e direitos indígenas.

Em seu artigo *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo* (2000), Fernando Coronil recupera um texto escrito pelo Sub Comandante Marcos onde ele lê o atual estágio de globalização e avanço neoliberal e suas consequências como a configuração de uma IV Guerra

Mundial¹, atribuindo a condição de miséria e morte nas chamadas periferias a uma série de fatores que se articulariam em um desenho global e transterritorial de exploração e marginalização (MARCOS, 1998; CORONIL, 2000). Ainda nessa mesma análise, a liderança chiapaneca aponta para o surgimento de “Focos de Resistência”: “em resposta aos focos de riqueza e poder político concentrados, estão surgindo focos crescentes de resistência cuja riqueza e força residem, em contraste, em sua diversidade e dispersão” (CORONIL, 2000: p.5).

Em movimento parecido, Arturo Escobar propõe que são os movimentos sociais agentes centrais para a superação das consequências segregadoras do desenvolvimento e aprofundamento do capitalismo (FALS BORDA in ESCOBAR, 2007, p. 8), e Gustavo Esteva irá ponderar que suas resistências seriam uma forma “reconstruir criativamente suas formas básicas de interação social, a fim de liberar-se das correntes econômicas” (ESTEVA, 1996, p.69). É a partir das inquietações provocadas pelas reflexões desses autores e pelo interesse em pensar a partir e com os movimentos sociais e suas experiências, que esse trabalho se constrói.

Autonomia e identidade: um território.

Já na III Declaração da Selva Lacandona (1995), ainda que sobreviva uma menção à pátria e mantenha um diálogo crítico com noção de Estado, aparecem as primeiras reflexões mais detidas sobre Chiapas, a questão indígena e a demanda por autonomia. Isso fica claro na passagem em que afirmam que, ao ver que o governo e o projeto de nação mexicana voltavam a “*cubrir con el olvido y el desinterés a los habitantes originales de estas tierras (...) se negaba a los pueblos indios el derecho a gobernar y gobernarse según su razón y voluntad*” (III DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 1995), e culmina em um trecho um tanto mais propositivo onde fica evidente a centralidade e o protagonismo das comunidades indígenas e suas pautas

La cuestión indígena no tendrá solución si no hay una transformación RADICAL del pacto nacional. La única forma de incorporar, con justicia y dignidad, a los indígenas a la Nación, es reconociendo las características propias en su organización social, cultural y política. Las autonomías no son separación, son integración de las minorías más humilladas y olvidadas en el México contemporáneo. Así lo ha entendido el EZLN desde su formación y así lo han mandado las bases indígenas que forman la dirección de nuestra organización (III DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 1995).

Assim, nesse novo momento político o EZLN cobra notoriedade nacional quando, entre 1995 e 1997, logram estabelecer uma iniciativa de diálogo bi-lateral com o governo nacional que culmina no

¹Para Marcos, a III Guerra Mundial teria sido a chamada “Guerra Fria”. Fria para quem? questiona o porta voz do EZLN ponderando que, para o Sul, a segunda metade do século vinte foi marcada por políticas de intervenções externas, violentos conflitos armados e inúmeras mortes provocadas pelas disputas entre os eixos soviéticos e norte-americanos pelo poder global.

“Acuerdos de San Andrés”. Nesse documento, estão plasmadas uma série de diretrizes que reconhecem os povos originários como sujeitos e agentes capazes de participar e conduzir a construção de políticas e projetos a eles destinados (SANTOS, 2008). Entretanto, apesar dos avanços que se apontavam no horizonte, os diálogos são interrompidos e os acordos firmados terminam nunca sendo implementados pelo Governo. Com a ruptura das tentativas negociadas de solucionar as demandas, começa em Chiapas então uma etapa todavia mais complexa de construção e mudança, decidindo o EZLN e os povoados em seu território, a cumprir de forma unilateral os “*Acuerdos de San Andrés*”, ou seja, criar as bases e mecanismos para construir, desde baixo e à esquerda, a própria autonomia:

como zapatistas que somos, pensamos que no bastaba con dejar de dialogar con el gobierno, sino que era necesario seguir adelante en la lucha a pesar de esos parásitos haraganes de los políticos. El EZLN decidió entonces el cumplimiento, solo y por su lado (o sea que se dice “unilateral” porque sólo un lado), de los Acuerdos de San Andrés en lo de los derechos y la cultura indígenas. Durante 4 años, desde mediando el 2001 hasta mediando el 2005, nos hemos dedicado a esto (...). Bueno, pues empezamos entonces a echarle ganas a los municipios autónomos rebeldes zapatistas, que es como se organizaron los pueblos para gobernar y gobernarse, para hacerlos más fuertes. (VI DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 2005).

Assim, desde a *I Declaração da Selva Lacandona* até o presente, foram construídos dentro do território controlado pelo EZLN mecanismos e estratégias sociais que buscam a autonomia e a autodeterminação dos diferentes povos que compõem sua base. Mais de vinte anos depois do levante armado e após sucessivas transições entre negociação e conflito com diferentes instâncias mais ou menos institucionais do Estado mexicano, existem mais de trinta *Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas* (MAREZ) organizados em cinco macro-regiões. Sobre esse processo eles chamam atenção para o fato de que,

este modo de gobierno autónomo no es inventado así nomás por el EZLN, sino que viene de varios siglos de resistencia indígena y de la propia experiencia zapatista, y es como el autogobierno de las comunidades. O sea que no es que viene alguien de afuera a gobernar, sino que los mismos pueblos deciden, de entre ellos, quién y cómo gobierna, y si no obedece pues lo quitan. O sea que si el que manda no obedece al pueblo, lo corretean, se sale de autoridad y entra otro (VI DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 2005).

Com o rompimento das negociações com o governo mexicano, os apoios político e econômico de grupos nacionais e internacionais passam a ser fundamentais para que logrem o fortalecimento do processo de consolidação de sua autonomia. Formando aquilo que poderíamos chamar, como sugere Parta Chattergee (2004), de Sociedade Política. Ou seja, uma dimensão de articulação de agentes diversos que, diferentemente da noção clássica de Sociedade Civil, pode envolver sujeitos e entidades tanto de diferentes grupos e até mesmo do próprio Estado. Afinal, trazendo um pouco das reflexões de

Veena Das e Debóra Poole (2008), quando falamos Estado não nos referimos a uma entidade monolítica e sólida, mas sim em algo poroso e maleável que pode e dever ser permanentemente disputado. Assim, mesmo nesse cenário de conflito, os zapatistas de Chiapas conseguiram construir autonomamente caminhos que dialogam e suprem algumas das demandas por eles levantadas (SANTOS, 2008, p.9), exemplo desse processo de construção da autonomia são os sistemas de administração pública, judiciário, saúde e de educação. De forma que hoje,

hay más compañeros y compañeras que están aprendiendo a ser gobierno. Y, aunque poco a poco, ya más mujeres se están entrando en estos trabajos, pero todavía sigue faltando respeto a las compañeras y que ellas participen más en los trabajos de la lucha. Y luego, también con las Juntas de Buen Gobierno, ha mejorado la coordinación entre los municipios autónomos y la solución de problemas con otras organizaciones y con las autoridades oficialistas. Y también se mejoró mucho en los proyectos en las comunidades, y es más parejo el reparto de proyectos y apoyos que da la sociedad civil de todo el mundo: se ha mejorado la salud y la educación aunque todavía falta un buen tanto para ser lo que debe de ser, igual con la vivienda y la alimentación, y en algunas zonas se ha mejorado mucho el problema de la tierra porque se repartieron las tierras recuperadas a los finqueros, pero hay zonas que siguen sufriendo por falta de tierras para cultivar (VI DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 2005).

Héctor Díaz-Polanco sugere que o mérito do processo em Chiapas não parte do fato de terem “inventado” o conceito de autonomia indígena, mas por terem conseguido incorporar aspectos e valores próprios da cosmovisão e da cultura de grupos indígenas em sua proposta (DÍAZ-POLANCO, 1997, p.171). O que, em última instância, seria um sintoma de uma crise frente à proposta de uma Nação mono-identitária. Em sua recente dissertação de mestrado apresentada dentro do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, Fábio Alkmin (2015) pondera que as organizações indígenas que alcançam dimensões nacionais no México partem de uma postura extremamente crítica ao modelo de construção de Nação levado a cabo na América Latina. Entretanto, é importante ressaltar que essas críticas não estão colocadas enquanto “negação do pertencimento, mas, pelo contrário, na busca de formas de participação mais efetivas e democráticas mediante a formulação de projetos nacionais alternativos e não homogeneizantes” (ALKMIN, 2015, p.54).

Nesse sentido, fica evidente que, como propõe a historiadora Júlia Melo Azevedo em seu artigo *A defesa da identidade étnica e a luta por autonomia no movimento zapatista* (2015), a “luta por autonomia está intimamente relacionada com a defesa pela identidade étnica, pois seria justamente nos territórios autônomos onde os indígenas poderiam valorizá-la e desenvolvê-la, por meio da preservação de seus costumes, tradições, especificidades culturais e sociais” (CRUZ, JÚLIA M.A., 2015, p.10). Torna-se importante reafirmar que, não se trata da construção de um processo de contra-Estado ou separação do Estado Nacional, mas sim uma de nova estrutura de mediação entre os diferentes grupos indígenas e o México através da qual,

ao reivindicarem sua condição de cidadãos mexicanos, os zapatistas defendem uma participação ativa na vida política nacional e uma maior interação entre os povos indígenas, a sociedade mexicana e o Estado, que se daria partir de uma redefinição de suas relações. O objetivo do movimento é colocar em prática a valorização do caráter pluricultural da nação (CRUZ, JÚLIA M.A., 2015: 8).

Por sua vez, Alkmin propõe que a construção da autonomia indígena permite “rearranjar o poder político e econômico dos aparatos estatais, de forma a promover um aprofundamento dos mecanismos democráticos para com as sociedades indígenas, além, é claro, de garantir maior controle político e administrativo de seus territórios”(ALKMIN, 2015, p,116). Para o antropólogo mexicano Gilberto López y Rivas (2014), ao operar como mediadora das relações entre os grupos e o Estado, reconhecendo os povos indígenas como sujeitos de direito político e dotando de poder para que eles mesmos definam suas formas e processos, a autonomia possibilita também a “definición de sus políticas culturales y educativas, respetando los usos y costumbres que los dotan de identidad y les permiten resistir a la hegemonia de un Estado y un régimen político que los ha mantenido olvidados y marginados durante siglos” (LÓPEZ Y RIVAS, 2014, p.55). Entretanto, é preciso ter em conta que todo esse debate da questão autonômica não se dá exclusivamente no plano jurídico, afinal,

se projeta como modelo de organização política aplicada a uma determinada base territorial (...). Visto que o poder não se exerce no vazio, o território torna-se um conceito fundamental para compreendermos a autonomia reclamada ao Estado por esses grupos (ALKMIN, 2015, p.118).

Ainda que tenhamos que admitir os limites do conceito de identidade - forjado em uma tradição de pensamento colonialista e que, mesmo em suas acepções mais dinâmicas, ainda tende a uma ideia de autenticidade -, dentro do contexto zapatista, parece potente pensar na identidade enquanto uma categoria tático-discursiva. Ou seja, é um conceito que opera não como algo essencial ou contingente, mas sim a partir de noções múltiplas que são discursivamente articuladas como ferramentas de resistência. Ao mesmo tempo que se afirmam Tzeltale, Tojolobale, Tzotzile, Chole, Mame e Lacandones, se afirmam também indígenas, zapatistas e mexicanos; em uma dimensão internacional, serão latinoamericanos, rebeldes, explorados, trabalhadores ou campesinxs. Assim, percebe-se que ela está colocada em um emaranhado complexo de categorias que se articulam na construção de um discurso e de uma prática política de resistência. Afinal, no embate com o Estado e suas limitações, fortalece a autonomia enquanto mecanismo de resistência “mediante el cual, las etnias o pueblos soterrados, negados u olvidados fortalecen o recuperan su identidad a través de la reivindicación de su cultura, derechos y estructuras politico-administrativas” (LÓPEZ Y RIVAS, 2010).

La Otra Educación: a escola nesse contexto.

Dentro da proposta autonômica zapatista, o modelo próprio de educação, batizado de “*La Otra Educación*”, cobra fundamental importância, afinal, tendo em vista os limites experimentados pelas políticas educacionais vigentes em todo o México até 1994, que até então não haviam abandonado “sus pretensiones ortodoxamente liberales, asimilacionistas y de homogeneización cultural” (GUTIERREZ NAVÁREZ, 2006, p.93) a construção de uma proposta de educação autônoma se torna um dos elementos centrais de uma forma complexa de resistência social e cultural, além de um dos pilares fundamentais de uma nova estrutura social insurgente. Como chama a atenção Lia Barbosa Pinheiro em entrevista cedida para a TV UFBA em 2015, a consolidação de um projeto educacional e de uma escola própria se apresenta como uma das instâncias que irão provocar rupturas e re-significações no campo simbólico, problematizando a fundo a perspectiva colonial historicamente dominante, ambas etapas fundamentais para a solidificação das propostas do EZLN.

Ainda que inicialmente a demanda principal foi para educação primária, logo se complexificou e culminou no que hoje é o Sistema Educativo Rebelde Autônomo Zapatista para la Liberación Nacional (SERAZ - LN). Além de primeiro e segundo grau completos para chiapanecos, sejam eles zapatistas ou não, atualmente se oferece para estrangeiros cursos de formação política (*La Escuelita*), de espanhol e de tzotzil (Centro de Lenguas Mayas Rebelde Autônomo Zapatista - CELMARZ). Além da participação direta da comunidade, diversos especialistas e intelectuais de diferentes partes do mundo tiveram participação ativa na construção das propostas educativas e pedagógicas zapatistas. Assim, o sistema educativo parece assumir papel também na articulação com atores externos às comunidades de base, ganhando uma dimensão de espaço de troca e construção também frente à comunidade internacional. Longe de ser homogênea ou homogeneizante, cada proposta de escola zapatista é concebida primeiro no âmbito comunitário, nas assembleias dos MAREZ, e atenta às práticas, tradições e interesses das famílias e grupos que serão por ela atendidas (SANTOS, 2009 e BARRONET, 2009). Da mesma forma, o promotor de educação (figura similar ao educador) é também indicado pela assembleia de famílias e deve, via de regra, cumprir com programas, conteúdos e métodos de avaliação por elas determinados.

Desse modo, através de um processo autônomo de construção parece haver se consolidado em Chiapas uma proposta de educação incluída em um marco mais amplo que se relaciona diretamente com o cotidiano e a vida em comunidade. De tal forma que, além de contribuir para o fortalecimento de práticas e tradições locais, o processo de formação ao nível educativo muitas vezes significa discutir e resolver problemas e demandas que também são comunais. à medida em que a própria comunidade está envolvida na determinação de conteúdos e na gestão do espaço, assuntos como saúde,

água, vivenda, alimentação e auto-organização são também incorporados na rotina educativa. Trata-se de um modelo que, além promover a ruptura com uma perspectiva colonial de saber, termina existindo enquanto espaço privilegiado de (e em) construção de (e por) aqueles grupos.

(in) Conclusões ou reflexões para possíveis caminhos.

O pesquisador mexicano Lucio Oliver (UNAM), em conferência realizada durante a mesa “Alternativas e saídas para as lutas e crises hegemônicas na América Latina e Caribe”, realizada no âmbito do III Simpósio Pensar e Repensar a América Latina, trouxe, dentre outras contribuições, algumas reflexões sobre os limites da nossa compreensão do Estado e dos governos enquanto entidades gestoras, onde atribui-se a eles a função de executar os câmbios sociais, equalizar diferenças e desigualdades. Propondo que o mirássemos como algo a ser disputado e a necessidade (ou tarefa) de elaborarmos saídas e caminhos políticos a partir da práxis. Já o professor Santiago Arboleda Quiñonez, que participou da mesa “Pensamiento Postcolonial y Estudios Culturales en America Latina” no mesmo Simpósio, apresentou um rico panorama histórico e conceitual sobre o desenvolvimento do pensamento decolonial. Durante sua exposição, chamam a atenção três aspectos que aparecem como bons pontos de partida para pensarmos a contribuição da experiência zapatista, quais sejam:

- 1) A postura decolonial como uma corrente de pensamento e ação, que alia práxis política com reflexão teórica, disposta a sistematizar ferramentas discursivas, analíticas e práticas para a superação da condição colonial.
- 2) A necessidade de se pensar de forma complexa. Ou seja, o local em relação ao global não de forma hierarquizada – condicionando a compreensão da realidade do primeiro ao segundo – mas de modo relacional.
- 3) A atual pergunta central que ronda algumas e alguns teóricos decoloniais: “Como decolonizar”? Para a qual, segundo Quiñonez, a educação, ou melhor, as educações, podem surgir como caminho prático para o processo de construção dessa forma Outra de se ver, olhar e compartilhar o mundo.

Nesse sentido, recuperando as reflexões em torno da noção de resistência que nos trazem Gustavo Esteva e Arturo Escobar e levando a termo a proposta de Catherine Walsh para que pensamos a partir e com os movimentos sociais, Chiapas aparece como um “Foco de Resistência” (MARCOS, 1998) e a proposta de educação que ali se desenvolve como um fenômeno social complexo que ressignifica sentidos e contribui para a construção não só de novas relações, como também subjetividades outras capazes de nos recolocar em relação com o mundo. Afinal, entendendo que a

escola enquanto instituição cobra historicamente função estatizante em relação ao indivíduo e ao grupo, operando no sentido de construir ‘identidades’, ‘tradições’ e ‘memórias’ - parece fundamental que sejam pensados, elaborados e vividos sistemas de educação que deem conta das diferenças e respeitem os devires de grupos ditos minoritários. Nesse sentido, Eduardo Viveiros de Castro irá afirmar em *A autodeterminação indígena como valor* (1981)

O Estado não é monolítico (...). Mas há quem sustente que o Estado nacional, a forma-Estado, é essencialmente antagônica a qualquer autodeterminação autêntica. E há quem diga mais: que as minorias — e os índios como minoria étnica — são a única força que, por sua existência, desafiam (mesmo que apenas conceitualmente) um sistema de Poder em que ricos e pobres, dominantes e dominados, estão unidos pela dominação e unificados por um Estado que existe para e pela imposição de uma Linguagem Majoritária, uma Norma, que controla, dilui e absorve toda variação e toda diferença (VIVEIROS DE CASTRO, 1981, p.235).

Ainda que a partir desse primeiro olhar, todavia muito panorâmico, não seja possível fazer uma análise com profundidade, nas duas passagens da VI Declaração da Selva Lacandona chamam a atenção:

quienes eran niños en aquel enero del 94, son ya jóvenes que han crecido en la resistencia, y han sido formados en la digna rebeldía levantada por sus mayores en estos 12 años de guerra. Estos jóvenes tienen una formación política, técnica y cultural que no teníamos quienes iniciamos el movimiento zapatista (VI DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 2005).

en todas partes hay más compañeros y compañeras que están aprendiendo a relacionarse con las personas de otras partes de México y del mundo, están aprendiendo a respetar y a exigir respeto, están aprendiendo que hay muchos mundos y que todos tienen su lugar, su tiempo y su modo, y así hay que respetarse mutuamente entre todos (VI DECLARAÇÃO DA SELVA LACANDONA, 2005).

Apesar de breves, esses relatos permitem pensar que dentro desse processo intenso de rebeldia e resistência, insurgem também novas formas de se fazer e pensar política e educação desde dentro das próprias comunidades e com a participação direta dos sujeitos e de suas identidades múltiplas (BARRONET, 2009). Nesse contexto, *La Otra Educación* parece assumir um lugar em que passa a ser possível a construção de práticas e relações outras, capazes de pensar a si e ao mundo a partir de outros referentes - distintos daqueles dominantes na escola convencional ou mesmo nas experiências de escola indígena até então levadas a cabo no México - recuperando e re-significando, também, aspectos das cosmovisões dos diferentes grupos que compartilham o território e, porque não, construindo novas socio-cosmopolíticas (BARBOSA, 2010 e 2015).

Ao mesmo tempo, nem mesmo a resistência zapatista em Chiapas acontece desconecta das práticas capitalistas, ao contrário, estão em disputa e são também permeadas por elas. Mas, quando adotamos uma perspectiva marginal e olhamos esse conflito inserido na complexa dinâmica política e



econômica que rege o mundo ocidental euro-norte-americano centrado, poderíamos pensar suas práticas de autonômicas como formas de “socialização do poder”(QUIJANO, 2000) onde

em vez de projectos “estatais socialistas” ou “estatais capitalistas” centrados na administração do Estado e nas estruturas hierárquicas do poder, a estratégia da “socialização do poder” em todas as esferas de existência social privilegia os conflitos locais e globais a favor de formas colectivas de autoridade pública (Grosfoguel, 2008, 142).

De forma ainda mais idealista, mas nada incoerente quando compartilhamos da importância de se defender as utopias, talvez a experiência em Chiapas, fundada no seio das contradições de um modelo de Estado-Nação colonial/moderno/capitalista (QUIJANO, 2002, p.5), possamos apontar caminhos para um exercício da “diversalidade anticapitalista descolonial universal radical” que sugere Grosfoguel (2008). Um trabalho com maior fôlego, que dê conta de se debruçar sobre suas particularidades e potências, atento às perspectivas locais e suas diferenças, pode sim dar conta de pensar como a experiência em Chiapas pode contribuir para a construção de um “mundo em que o poder seja socializado sem deixar de se manter aberto a uma diversidade de formas institucionais de socialização do poder assentes nas diferentes respostas ético-epistêmicas descoloniais dos grupos subalternos do sistema-mundo (GROSFOGUEL, 2008, p.144).

Bibliografia.

ALKMIN, Fabio Marcio. *Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BARBOSA, Lia Pinheiro. *Aproximações reflexivas às experiências latinoamericanas campesinas e indígenas em suas interações e lutas sociais em torno das políticas públicas no Brasil e México*. - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010.

BARBOSA, Lia Pinheiro. *Educação do Campo, movimentos sociais e a luta pela democratização da Educação Superior: os desafios da universidade pública no Brasil*.

BARONNET, Bruno. *Autonomía y educación indígena: Las escuelas zapatistas de las cañadas de la Selva Lacandona de Chiapas, México*. 2009. Tese de Doutorado. Paris 3.

CEDILLO-CEDILLO, Adela. *Análisis de la fundación del EZLN en Chiapas desde la perspectiva de la acción colectiva insurgente*. Revista Liminar 10.2 (2012): 15+. Academic OneFile. Web. 7 May 2015.

CHATTERJEE, Partha. “Populações e sociedades políticas”; “A política dos governados”. In: Colonialismo, modernidade e política. Salvador: EDUFBA, CEAO. 2004.

CORONIL, Fernando. *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo*. Lander, Edgardo (compilador). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2000.



CRUZ, JÚLIA M. A. *A defesa da identidade étnica e a luta por autonomia no movimento zapatista*. I CONACSO, Vitória, 2015. Aceito para publicação, disponível em: <https://www.google.com.br/urlsa=t&source=web&rct=j&url=http://www.conacsoufes.com.br/pdf/final/09a4681c75b4e47dbfa44603c99fac38.pdf&ved=0ahUKEwj7p4vnydnJAhVB6yYKHQuCC2IQFggbMAA&usq=AFQjCNE8eos7SLT4jVdM4AQQ5zPB5GWbw&sig2=8jzTvfnI1f3FF3Uoh50BXw>

DAS, VEENA & POOLE, Deborah - El Estado y sus márgens. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM. 2008.

DIAZ-POLANCO, Héctor. *La rebelión zapatista y la autonomía*. Siglo XXI, 1997.

ESCOBAR, Arturo. *La Invención del Tercer Mundo. Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*. 2007 [1995] Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el perro y la rana.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In. W. Sachs (org.) *O Dicionário do Desenvolvimento*. São Paulo: Editora Vozes, 2000.

GROSGOUEL, Ramón – Para descolonizar os estudos de economia política e estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, março de 2008, 115-47.

GUTIÉRREZ, Raúl Narváez. *Impactos del zapatismo en la escuela: análisis de la dinámica educativa indígena en Chiapas (1994-2004)*. LiminaR. Estudios sociales y humanísticos, v. 4, n. 1, p. 92-111, 2013.

LÓPEZ, Gilberto et al. *Autonomías: democracia o contrainsurgencia*. Ediciones Era, 2014.

MARCOS, Subcomandante. La IV Guerra Mundial ha comenzado. Báez, René, La disidencia en Disneylandia, Quito, Eskéletra Editorial–Facultad de Economía PUCE, p. 142-165, 1998.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. *El mundo: Siete pensamientos en mayo de 2003*. Viejo Topo, El, n. 181-182, p. 78-87, 2003.

MARTÍNEZ, Luis de la Peña. *La voz alzada: la rebelión discursiva del zapatismo*. Revista Rebeldía, n. 16.2009

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Edgardo Lander (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latinoamericanas*. Colección Sur-Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

QUIJANO, Anibal - Colonialidade, Poder, Globalização e democracia. Revista Novos Rumos, No. 37, Ano 17, 2002.

SANTOS, Juliana Silva dos. *O movimento zapatista e a educação: direitos humanos, igualdade e diferença*. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VIVEIROS DE CASTRO, E. *A autodeterminação indígena como valor*. Anuário antropológico. Brasília, 1981.

WALSH, Catherine. Introducción.(Re) pensamiento crítico y (de) colonialidad. Pensamiento crítico y matriz (de) colonial. Reflexiones latinoamericanas. Quito: Ediciones Abya-yala, p. 13-35, 2005



Documentos:

EZLN. **Primera Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, 1993. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

EZLN. **Segunda Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jun 1994. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

EZLN. **Tercera Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jan 1995. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jan 1996. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

EZLN. **Quinta Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jul 1998. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

EZLN. **Sexta Declaración de la Selva Lacandona.** Chiapas, México, jun 2005. Disponível em <http://palabra.ezln.org.mx/>. Acesso em 22/05/2015.

Vídeos:

BARBOSA, Lia Pinheiro. *Entrevista concedida para a WebTV- UFBA.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wM_ZQe_mils. Acesso em: 17/06/2015

ZAPATISTA EZLN. *La larga noche de los 500 años.* Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=pC_M_BKm2uo. Acesso em: 17/06/2015